

‘Chateado’, relator da PEC Emergencial diz que ‘aceita derrota’ e vai retirar desvinculação do texto

Inclusa no parecer, a medida provocou reação da oposição, partidos de centro e até mesmo de aliados do governo

Por Renan Truffi, Valor — Brasília

26/02/2021 11h15 Atualizado há 3 horas



— Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) **emergencial**, senador **Marcio Bittar** (MDB-AC), disse ao **Valor** que decidiu "aceitar a derrota" e retirar do substitutivo final a **desvinculação dos pisos**

constitucionais de saúde e educação. Inclusa no parecer, a medida provocou reação da oposição, partidos de centro e até mesmo de aliados do governo.

Bittar admitiu estar "chateado" pelo fato de o **Senado** sequer ter aceitado debater o assunto, mas afirmou que vai fazer essa concessão para "salvar" os gatilhos fiscais, que visam segurar despesas com o funcionalismo público.

"Não posso ser mau perdedor. Claro que fiquei chateado. Muito. Mas não posso ser o guri teimoso. Agora, eu lamento. Lamento que os senadores ontem sequer aceitaram discutir um sistema que está falido. Basta fazer uma pergunta simples: será que os netos dos 81 senadores estudam nesse sistema [de educação pública]?", questionou.

Apesar disso, Bittar afirmou que a ideia é preservar no texto todo o restante das medidas de controle fiscal, que foram embutidas como compensação pelo aumento das despesas que será gerado a partir do pagamento do **auxílio emergencial**

"Tenho que reconhecer derrota, mas vamos salvar o que é possível. Esse mesmo pessoal continua dizendo que é um absurdo congelar salário. Se o Brasil tiver que decretar estado de calamidade pública, vamos permitir reajuste para sindicato [de servidores]? Isso é imoral. Aceito [a derrota], mas não sem indignação com aqueles que não quiserem sequer discutir", explicou.

A afirmação de Bittar faz referência aos gatilhos, para a União, Estados e municípios, que permitem congelar o crescimento de despesas quando a quase totalidade de seus gastos forem de pagamento obrigatório. A PEC estabelece, por exemplo, que haverá proibição de aumento nos salários dos servidores, criação de cargos ou concursos públicos, progressões na carreira e criação de despesa obrigatória.

No caso dos Estados e municípios, quando as despesas correntes estiverem acima de 85% das receitas correntes, prefeitos e governadores poderão acionar esses gatilhos e congelar salários, contratações e progressão na carreira dos servidores. O acionamento será opcional e deverá ser submetido posteriormente ao crivo do Legislativo.

No caso do governo federal, os gatilhos estão atrelados ao Teto de Gastos e serão modificados pela PEC para serem ativados sempre que se perceber, na votação da Lei Orçamentária, que essa regra será

descumprida — quando mais de 95% das despesas primárias foram obrigatórias, sem margem para corte. Hoje o acionamento ocorreria só após o descumprimento. Diferentemente do que ocorrerá com os Estados e municípios, o gatilho do governo federal não será facultativo e valerá individualmente para cada um dos Poderes.

"[Com o auxílio], nós vamos aumentar dívida pública. Vamos autorizar o governo [a aumentar a dívida]. É justo, nessa situação, aumentar a dívida de todo o brasileiro - e aí quem vai pagar a conta proporcionalmente é o pobre - e permitir reajuste de servidores? Nós vamos dizer para o governo: faça a dívida, mas aí não contém gasto público? Isso é um atoleiro. Vamos aceitar isso [retirar desvinculação] para salvar o resto", argumentou.